

ACESSO A ALIMENTOS: UMA QUESTÃO SOCIOPOLÍTICA

Por: **Maria Isabel Pinheiro de Almeida**

Discente de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Vale do São Francisco

E-mail: mariaisabel.almeida@discente.univasf.edu.br

“A fome apertara demais os retirantes e por ali não existia sinal de comida. Baleia jantara os pés, a cabeça, os ossos do amigo, e não guardava lembrança disso”. Quando se tem um quadro escancarado de desigualdades sociais, não havendo por conseguinte a garantia de acesso ao alimento por boa parte da população, poder-se-á falar de cenas como essa relatada na obra de Graciliano Ramos, “Vidas Secas”. A família de retirantes que fugiam da fome e seca no sertão acabara de sacrificar o papagaio de estimação para saciarem um pouco de sua fome, bem como a fome da cachorra Baleia. A vida era-lhes tão seca tal qual o sertão onde perambulavam.

Cenas como a descrita acima, onde são retratados os efeitos da falta de acesso aos alimentos, constituem ainda o cenário atual. Dessa forma, é preciso garantir que as políticas públicas sociais, e nesse caso o acesso aos alimentos, sejam bem executadas. Uma dessas políticas é a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) que visa a integração de vários esforços entre o governo e sociedade civil a fim de promover o acesso a alimentos saudáveis como forma de garantia do direito humano à alimentação adequada a todos.

Nesse quadro, falar de segurança alimentar e nutricional, um direito fundamental de todo

cidadão no Brasil promulgado na Constituição de 1988, é importante visto que por meio dela é que há uma garantia de que as necessidades nutricionais serão supridas. Assim, cabe citar a definição para esse termo apresentado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a qual diz que a segurança alimentar diz respeito a um cenário no qual todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico permanente a alimentos seguros, nutritivos e em quantidade suficiente para satisfazer suas necessidades nutricionais e preferências alimentares. Assim, a segurança alimentar deve ser garantida desde o cultivo, através das boas práticas de manejo do solo e cuidados com o meio ambiente, até a distribuição e consumo dos alimentos.

É nesse cenário de políticas de acesso aos alimentos que adequa-se a sentença “Comer é um ato político”, tendo em vista que o que chega a nossa mesa, quando chega, é permeado pelas diferentes instituições sociais com as quais temos relações: família (onde o processo de alimentação se inicia), políticas públicas e programas sociais que possibilitam aos indivíduos adquirir uma gama diferente de alimentos, e até mesmo cultivá-los quando se tem um incentivo na agricultura familiar por exemplo, e a própria indústria que seleciona

ACESSO A ALIMENTOS: UMA QUESTÃO SOCIOPOLÍTICA



Por: **Maria Isabel Pinheiro de Almeida**

Discente de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Vale do São Francisco

E-mail: mariaisabel.almeida@discente.univasf.edu.br

os alimentos a serem comercializados segundo os próprios interesses.

Por fim, pensar o elemento “comida” deve ser muito mais do que pensar em um conjunto de alimentos consumidos cotidianamente. É refletir a cerca da má distribuição de alimentos, em detrimento das desigualdades socioeconômicas, num dos países onde mais se produz comida no mundo, e exigir das autoridades competentes que as políticas públicas que garantam o acesso justo e contínuo a alimentos de boa qualidade sejam eficazmente executadas.
